

1. Título da Mesa:

EXPERIÊNCIAS DOS CRP05, CRP06 E CRP07 SOBRE AS DISCUSSÕES EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

2. Coordenadora da Mesa:

Vivian Roxo Borges (Conselheira Titular do CRP07 – Gestão Composição – e Presidente da Comissão de Avaliação Psicológica), E-mail: vivian.borges@pucrs.br, fax: (51) 3328-2122, telefone: (51) 9824-0246.

3. Títulos dos Trabalhos:

- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO CRP07: PRINCIPAIS DEMANDAS TRABALHADAS E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS (Mariana Esteves Paranhos, Colaboradora da Comissão de Avaliação Psicológica do CRP07).

- EXPERIÊNCIA DO CRP06 EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: DEMANDAS QUE CHEGAM A COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (Graça Maria de Carvalho Camara, Conselheira Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização/COF e Coordenadora do GT Avaliação Psicológica e Testes do CRP06).

- AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO (Analia Martins de Sousa, Conselheira Suplente da XIII Plenária CRP05 – Gestão Ética e Compromisso Social – e Integrante do GT de Avaliação Psicológica do CRP05).

4. Resumo da Mesa:

O objetivo desta mesa é provocar reflexões e debates no que se refere às discussões que vem sendo realizadas na área de avaliação psicológica dentro de GTs ou Comissões dos CRPs, exemplificadas aqui pelo CRP05 e pelo CRP07. Estas discussões têm permeado todos os campos da área de avaliação psicológica, e também outros fazeres em Psicologia, salientando as implicações éticas e políticas do profissional psicólogo.

5. Resumo de cada um dos trabalhos:

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO CRP07: PRINCIPAIS DEMANDAS TRABALHADAS E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS. Mariana Esteves Paranhos (Colaboradora da Comissão de Avaliação Psicológica do CRP07). E-mail: marieparanhos@gmail.com, fax: (51) 3328-2122, telefone: (51) 9824-5363.

A Comissão de Avaliação Psicológica/CAP do CRP07 tem como principal objetivo promover o debate sobre as demandas na área de avaliação psicológica que se fazem presentes na atualidade. Por meio dessa comissão, que já vem trabalhando há tempo na área de avaliação, algumas questões importantes são problematizadas e são propostos encaminhamentos que facilitem o debate com a categoria e qualifiquem esta área. Com as transformações no cenário da psicologia e com a ampliação do campo de atuação do psicólogo não foram poucas as mudanças e as reflexões necessárias em todas as áreas. Em relação à área de avaliação psicológica, sabe-se que ao longo da história da psicologia ela vem passando por vários momentos marcantes. Atualmente, ela vem sendo pauta de várias discussões importantes dentro do cenário da psicologia, a começar pelos aspectos éticos envolvidos nesta área, pela qualificação dos instrumentos de avaliação e pela elaboração de documentos decorrentes deste processo. Neste sentido, percebe-se também uma importante interface desta Comissão com as Comissões de Orientação e Fiscalização e com a Comissão de Ética do CRP07. Como demandas que têm sido trabalhadas intensamente na Comissão, e agora assumidas por esta Gestão do CRP07, encontram-se os seguintes temas: avaliação psicológica em concursos públicos e para porte de arma, avaliação psicológica e questões éticas envolvidas e a qualificação dos instrumentos psicológicos. Dentro de cada um destes enfoques são discutidos os papéis desempenhados pelos profissionais que trabalham com avaliação psicológica e o uso de testes, a interface com outras áreas do conhecimento (Administração e Direito, por exemplo) e os aspectos éticos e políticos envolvidos nestas questões. Contudo, a problemática que permeia todos estes pontos, tem sido a discussão sobre a formação em psicologia que envolve a área de avaliação psicológica, como também a falta de conhecimento dos colegas psicólogos em relação às resoluções do Conselho Federal de Psicologia que contemplam as atividades relacionadas com a área abordada no presente trabalho. Nesta perspectiva, percebe-se

que, para além da técnica, a qualidade da formação e o respeito e conhecimento aos princípios éticos que regem a nossa profissão tem sido a marca das demandas acolhidas pela Comissão de Avaliação Psicológica. Neste sentido propusemos aqui este debate e a possibilidade de discussão com o CRP05 como mais um dos espaços onde o Sistema Conselhos possa se fazer implicado nestas discussões.

EXPERIÊNCIA DO CRP06 EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: DEMANDAS QUE CHEGAM A COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. Graça Maria de Carvalho Camara (Conselheira Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização/COF e Coordenadora do GT Avaliação Psicológica e Testes do CRP06) E-mail: gracacamara@uol.com.br, telefone: (11) 9495 8965.

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP vem recebendo um número cada vez maior de demandas sobre Avaliação Psicológica, tanto com relação à inadequação da qualificação técnica do profissional, quanto à sua formação básica e especializada. Temos observado a importância de debater este tema, compreendendo a avaliação como sendo, necessariamente, um processo complexo, que deve considerar o contexto em que a situação se insere, as pessoas envolvidas, a construção interdisciplinar da compreensão dos fenômenos em avaliação, bem como as possibilidades de intervenção sobre estes. Os conflitos verificados perpassam as diferentes áreas de atuação dos psicólogos, desde a elaboração de documentos escritos, até a escolha, a utilização e a interpretação de instrumentos, métodos e técnicas adequados. Temos adotado a prática da orientação individual como principal recurso nas diferentes demandas e percebido o quanto os profissionais estão carentes de preparo nessa área. Em algumas situações temos organizado orientações em pequenos grupos, tratando o assunto de forma geral, objetivando a discussão sobre a formação permanente dos profissionais. Criamos ainda um Programa para graduandos de psicologia quando apresentamos o Conselho e estimulamos a busca por formação e consciência ética do papel do profissional de psicologia. A criação do Grupo de Trabalho sobre Avaliação visa discutir criticamente os processos de avaliação, seus métodos, instrumentos e técnicas, na perspectiva da promoção e da defesa dos Direitos Humanos. Tais discussões implicam ainda a análise de questões sobre material privativo de uso do psicólogo, testes de domínio público, parecer desfavorável ou ainda não realizado pelo CFP, etc.. Assim, concordamos que estas questões inserem-se de maneira mais ampla nas discussões sobre a formação do psicólogo brasileiro, que precisa ser constantemente repensada.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO. Analicia Martins de Sousa (Conselheira Suplente da XIII Plenária CRP05 – Gestão Ética e Compromisso Social – e colaboradora do GT de Avaliação Psicológica do CRP05). Email: analiciams@hotmail.com, fax: (51) 3328-2122, telefone: (21) 9759-9081 e (21) 3347-2129.

O Grupo de Trabalho sobre Avaliação Psicológica do CRP05 tem como objetivo neste trabalho discutir e promover o debate sobre avaliação psicológica, a produção de documentos e suas repercussões sociais. Atualmente, a Psicologia, no Brasil, tem sido convocada a se debruçar sobre diferentes aspectos que perpassam avaliações psicológicas, em especial, as que se encontram no âmbito judiciário. Nesse contexto, se inserem não somente as avaliações realizadas no espaço das instituições de Justiça, mas também as que são produzidas por psicólogos em consultórios particulares e, ainda, em diferentes organizações e serviços da rede de atendimento à população. Em virtude de inúmeros questionamentos e impasses sobre as implicações de tais avaliações, bem como sobre a confecção e encaminhamento de documentos resultantes destas, foram estabelecidas, nos últimos anos, novas Resoluções e diretrizes pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) com o objetivo de definir parâmetros para a realização de avaliações psicológicas. Contudo, verifica-se que tem havido um aumento progressivo no número de denúncias contra psicólogos nos Conselhos Regionais por possíveis infrações éticas a partir de laudos e pareceres emitidos por esses profissionais que, por vezes, acarretam graves prejuízos à vida dos sujeitos avaliados. Nesse sentido, chamam atenção avaliações psicológicas que, comprometidas em responder a solicitações do judiciário, assim como a demandas espontâneas, endossam a violação de direitos fundamentais dos cidadãos, muitas vezes, na busca por uma pretendida verdade dos fatos – verdade esta cara ao

Direito; não esquecendo que a Psicologia volta-se à verdade subjetiva, vivenciada, percebida pelos sujeitos. Com efeito, não existem práticas e sujeitos neutros ou apolíticos, uma vez que estes são atravessados por diferentes discursos, ideologias, preconceitos e moralidades presentes no campo social. É fundamental, portanto, indagar sobre as implicações ético-políticas do profissional psicólogo nos diferentes campos em que atua, aliada à reflexão crítica sobre as injustiças sociais e o papel da Psicologia em nossa sociedade. Assim, em 2011, eleito como ano temático sobre avaliação psicológica pelo CFP, ressalta-se a necessidade de se discutir junto à categoria as demandas e os encaminhamentos resultantes de avaliações psicológicas, rompendo com a idéia de neutralidade e imparcialidade sobre as práticas *psi*. Ao mesmo tempo, contribuindo para a criação de intervenções comprometidas com o social, com a afirmação de direitos, de singularidades e liberdade dos sujeitos em avaliação.

